

BEATRIZ NASCIMENTO AUSENTE NA LISTA DOS INTÉRPRETES DO BRASIL: POR QUÊ?

Angela Oliveira da Silva¹

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo tecer sobre a ausência da historiadora negra Beatriz Nascimento. Procurando identificar os processos de invisibilização, ausência, bem como, o apagamento sistemático da historiadora Beatriz Nascimento no campo acadêmico e para além dele, assim como, acontece com muitos e muitas outras intelectuais negras e negros. Historiadora de ofício, Beatriz Nascimento foi um grande nome do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980, intelectual negra, roteirista, poetisa. Partiu-se das obras da própria intelectual, tendo como recorte temporal os anos de 1970 até 1995, nos quais houve uma intensa produção da historiadora. O interesse pela trajetória da historiadora nasceu das inquietações e ausências sentidas em relação as questões raciais e às lacunas observadas durante a graduação em relação aos estudos da história do Brasil. Assim como, a minha participação na Escola de Ativismo Político Beatriz Nascimento e o contato com a diversa gama de temas e trabalhos expostos pelas professoras negras que evidenciaram ainda mais as ausências das intelectuais negras e negros, não por falta de produção e excelência de trabalho e obras, mas sim, pela exclusão produzidas pelo racismo e sexismo. O presente trabalho nasce com a intenção de jogar um foco de luz nesta questão.

Palavras-chave: Beatriz Nascimento; Mulher Negra; Intelectual Negra; Apagamento.

INTRODUÇÃO:

Não se escreve a história a partir apenas de uma concepção, precisa-se de várias "mãos", de técnicas e de teorias para que a escrita historiográfica e o fazer historiográfico aconteçam. Em relação à historiografia brasileira, podemos citar nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e até mesmo Gilberto Freyre, os quais são sempre lembrados e reverenciados. Esta presença constante de

¹Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

certos nomes e a ausência de outros têm a ver com questões de gênero, raça e classe e nos faz refletir sobre as lacunas e os esquecimentos que atravessam a produção e divulgação do conhecimento histórico. O que nos faz questionar sobre os não-lugares onde estão os nomes de intelectuais negros, e de forma ainda mais contundente, das mulheres negras na historiografia brasileira? Será que não existem nomes de historiadores negros e negras que fizeram parte do fazer historiográfico sobre o Brasil? Não existem produções historiográficas feitas por mãos negras?

Foram esses questionamentos, e muitos outros, que tive durante toda a minha caminhada durante o curso de História, na Universidade Federal de Campina Grande. Foi a invisibilidade negra na historiografia brasileira (Godoy, 2019) e acadêmica que vi e senti que me levaram ao encontro de grandes nomes como o da Lélia Gonzalez, o de Abdias Nascimento e o da Beatriz Nascimento, sendo esta última o interesse central deste trabalho; serão considerados suas, obras poéticas e autobiográficas e sua produção historiográfica unidas, visto que elas não podem ser analisadas de forma separada. Pois, Beatriz Nascimento se misturava ao seu objeto de pesquisa, às vezes sendo ela própria esse objeto em alguns momentos, e demonstrando que o fazer histórico não fica comprometido; ao contrário, a sua escrevivência² enriqueceu e aguçou ainda mais seu olhar enquanto historiadora para seus objetos de estudo.

Beatriz Nascimento Ausente na Lista dos Intérpretes do Brasil, tem como objetivo compreender os porquês da ausência da historiadora e seus escritos tanto no campo acadêmico, quanto a falta de reconhecimento da intelectual como intérprete do Brasil. Partindo de uma breve análise acerca da historiografia brasileira e de alguns nomes que são considerados cânones da história do Brasil. Por essas razões, problematizaremos neste capítulo a lacuna que perpassa a historiografia brasileira no que se refere a intelectuais negros e negras, inclusive não sendo referenciados em livros que tratam de uma abordagem teórico-metodológica, como a história social, – que passou a servir de fundamento a muitos historiadores na década de 1980 e que, na prática, era desenvolvida por

² Conceito de Escrevivência: “A escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo”, termo cunhado pela da intelectual Conceição Evaristo.

Beatriz Nascimento em suas pesquisas, embora que sem reconhecimento acadêmico.

DESENVOLVIMENTO:

“A terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.” Beatriz Nascimento.

A partir das questões levantadas ao longo da minha presença na graduação em uma universidade federal, e também em todos os 4 meses de duração do curso na escola Beatriz Nascimento, e pelo olhar da Beatriz Nascimento, através das suas produções historiográficas, chego à proposta deste artigo. Partindo do cerne das pesquisas feitas pela historiadora desde os anos de 1970/1980, as quais provocaram questionamentos em mim, em torno da sua ausência nos planos de curso ao longo da graduação, até a percepção de seu apagamento acadêmico quase que completo. Apagamento esse que se apresentava em situações como a total falta de conhecimento por parte dos docentes da graduação, de quem foi a historiadora Beatriz Nascimento, seja quando o assunto em questão se referia à historiografia brasileira no geral, seja quando se tratava de disciplinas específicas, como aquelas que compõem a área de História do Brasil.

Os questionamentos se multiplicaram a cada nova leitura e entendimento acerca do que Nascimento vinha propondo nas suas análises, produções, poesias e aforismos. A historiadora abordava os mais diversos temas a partir de um eixo mais abrangente: a História do Negro no Brasil. A partir disso, propunha a produção de uma historiografia que interpretasse as experiências do negro para além da escravidão, isto é, para além da ideia de que era um objeto usado como mão de obra. Além disso, estava em defesa de uma historiografia que explicitasse o racismo a partir de uma crítica, entre os anos 1970 e 1980, a interpretações da formação sócio histórica do Brasil que se referiam à existência de uma *democracia racial*. Orientada por esse olhar crítico, Beatriz Nascimento explorou aspectos da experiência negra ignorados pela historiografia que dominava o campo acadêmico: a mulher negra no mercado de trabalho, literatura e identidade, a importância da imagem para recuperar a identidade, a mulher negra e o

amor, o conceito de quilombo, a ideia do quilombo enquanto um sistema político e de resistência, o papel da mulher nos quilombos, as continuidades e descontinuidades históricas do quilombo, dentre outros temas.

No campo do fazer historiográfico, assim como, a uma crítica à historiográfica por seu caráter excludente. A trajetória intelectual de Beatriz Nascimento nos serve de bússola para essa compreensão, bem como, para tentar entender as possíveis causas dessas ausências, seja no contexto acadêmico, seja na lista de cânones de intérpretes do Brasil.

O título de intérprete do Brasil é atribuído a intelectuais, homens brancos, que já se tornaram cânones intocáveis e que são, muitas vezes, classificados como referência mais que obrigatória quando pesquisamos sobre a História do Brasil. Basta citarmos aqueles que foram interpretados por Antônio Cândido, no prefácio de 1967 de *Raízes do Brasil*, como sendo os três principais intérpretes do Brasil: Gilberto Freyre (1933)³ Caio Prado Jr. (1933)⁴, Sérgio Buarque de Holanda (1936)⁵. Embora essa definição tenha sido feita na década de 1960, ela permanece bastante atual nos cursos de ciências humanas das universidades brasileiras.

Por essas razões, vamos problematizar a seguir a lacuna que perpassa a historiografia brasileira no que se refere a intelectuais negros e negras, inclusive não sendo referenciados em livros que tratam de uma abordagem teórico-metodológica, como a história social¹⁶, – que passou a servir de fundamento a muitos historiadores na década de 1980 e que, na prática, era desenvolvida por Beatriz Nascimento em suas pesquisas, embora sem reconhecimento acadêmico.

1. Os três cânones da historiografia brasileira e a crítica de Beatriz Nascimento

“Por uma História do Homem Negro”, título de um artigo de por Beatriz Nascimento

³ Gilberto Freyre (1900-1987) - Sociólogo, escritor, jornalista, poeta e pintor. Considerado como um intérprete do Brasil, principalmente pela sua obra “Casa Grande & Senzala” 1933, onde se lançou na empreitada de tentar interpretar a construção do que seria o Brasil e o brasileiro.

⁴ Caio Prado Jr. (1907-1990) - Historiador, geógrafo, escritor, político, e editor. Considerado, assim como Freyre, um intérprete do Brasil, uma de suas obras mais conhecidas é “Formação do Brasil Contemporâneo” 1942, o articulista também é considerado precursor de uma tradição historiográfica baseada na perspectiva marxista, onde buscava um novo olhar para explicar a sociedade brasileira.

⁵ Sérgio Buarque Holanda (1902-1982) - Historiador, sociólogo, escritor, jornalista e crítico literário. Autor da obra “Raízes do Brasil” 1936, obra considerada grande marco historiográfico em relação a formação do povo brasileiro, tal obra lhe conferiu grande prestígio e o título de intérprete do Brasil. ¹⁶ Texto que integra a obra “Domínios da História” (1997).

nos anos de 1970, que demonstra uma defesa, até mesmo um chamamento, da necessidade de redirecionamentos para a produção das Histórias do Brasil e da historiografia brasileira. Maria Beatriz do Nascimento foi e é um exemplo do que falei acima. Nascida na cidade de Aracaju, Sergipe, no dia 12 de Julho de 1942, filha do pedreiro Francisco Xavier do Nascimento e da dona de casa Rubina Pereira do Nascimento, a oitava filha dentre dez irmãos(ãs). Migrou com a família para Cordovil, subúrbio localizado na zona norte, do Rio de Janeiro, tal qual fizeram muitas outras famílias nordestinas. Sua família partiu para a região Sudeste em busca de melhores condições materiais de vida, sobretudo financeiramente falando, para si e seus filhos. A autora dedicou-se por anos aos estudos da historiografia do negro no Brasil, buscando suas primeiras produções e questionando a ausência nela de referências negras. Isso porque, de acordo com Nascimento, predominavam nessa historiografia narrativas que viam os negros tão somente como escravos (SILVA, 2021, p.2). Ou seja, narrativas provindas de uma perspectiva branca, eurocêntrica e excludente e que criavam uma história única; esse modelo de escrita que resulta de relações de poder. A história dos “grandes homens” e de seus grandes feitos, escrita e contada por homens brancos, numa ótica eurocêntrica e patriarcal que aplica efetivamente processos de exclusões a mulheres, a mulheres negras, a homens negros, à população LGBTQI+, dentre outras *minorias* sociais.

A análise da historiografia brasileira, e de quem a produz, se faz necessária para compreendermos as críticas e denúncias feitas por Nascimento e invisibilidade dela posteriormente. Por essas razões se torna compreensível a luta de Beatriz Nascimento, em especial contra o racismo e a discriminação de gênero, tendo como prioridade as experiências sobre a subalternidade que a mulher negra sofria (SILVA, 2021, p.2).

Para a Beatriz, o campo historiográfico, ou ainda, o estudo da formação histórico-social do Brasil foi forjado a partir de um processo de importação de conceitos e estruturas tipicamente europeias da produção do conhecimento histórico, as quais acabaram por limitar as possibilidades de compreensão da História brasileira e que por consequência mostram-se insuficiente para tal empreendimento acabando por construir narrativas estereotipadas acerca da história da população negra e africana. Dessa forma, Beatriz não empreendeu apenas um estudo acerca da questão racial no Brasil, a autora empreendeu sobretudo, a construção de uma História do Brasil racializada, de e para a população negra, alterando seus tempos e conceitos. (PINN, 2019, p. 154 apud SILVA, 2021, p. 11).

O recorte temporal desta pequena análise se dá nos anos de 1920 e 1930 em diante, com foco final maior nos anos de 1970 e 1980 – período de produção intensa de Beatriz – e nos anos iniciais de 1990, trajetória que foi interrompida com a precoce

partida da intelectual. Utilizando a historiadora Margareth Rago, podemos observar a construção de uma história única, de uma narrativa centrada, em detrimento de outras, onde há uma criação de uma identidade sexualizada e racista:

Pensando na historiografia brasileira, veremos a formação sócio-histórica de uma identidade, de nós mulheres negras e originárias, eurocêntrica e patriarcal. [...] Tais classificações misóginas foram construídas a partir de uma visão colonialista e perpassam as diversas temporalidades, pois, fica evidente no nosso dia a dia, a misoginia e sexualização que sofremos. (OLIVEIRA, 2021, p. 13).

Segundo Rago (1997), a historiografia brasileira passou por um processo de construção de uma identidade brasileira nos anos de 1920 e 1930.

A preocupação em "inventar o Brasil", em descobrir nossas supostas raízes históricas marcou o horizonte de muitos historiadores dos anos 20 e 30. Envolvidos com a tarefa de encontrar as formas de superação dos obstáculos ao desenvolvimento social e econômico, perguntaram-se pelas características essenciais do povo brasileiro, pelo passado que nos havia constituído como tal. Para aquela geração, tratava-se de definir nossa suposta identidade cultural, encontrando os pontos fixos, ou a tão prestigiada "essência", oculta nas profundezas da terra e da psique. Tratava-se de compreender o passado para transformar o presente: romper com as pesadas tradições que emperravam o progresso e entrar no compasso da História. (RAGO, 1997, p. 185).

Nessa busca por uma invenção do Brasil, a historiografia se apoiou em determinados nomes e obras. Rago (1997) nos traz uma análise sobre as obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr e Sérgio Buarque de Holanda. Tais autores que escreveram obras consideradas clássicos da historiografia e do pensamento social brasileiro, alicerçaram e criaram uma identidade sexualizada e racista (OLIVEIRA, 2021) e que ainda se perpetua.

Nesse prisma, façamos uma análise das obras que se tornaram cânones da historiografia sobre a formação histórica brasileira. Começamos com Freyre, em sua obra "Casa Grande & Senzala"⁶. O sociólogo Gilberto Freyre analisa o processo de colonização em seus diversos aspectos. Sua obra é apontada como um dos grandes clássicos quando se trata da formação da sociedade brasileira. Nela se destacam os

⁶ Obra publicada em 1933, após exaustiva pesquisa, Gilberto Freyre publica *Casa-grande & senzala*, livro que revoluciona os estudos no Brasil, tanto pela novidade dos conceitos quanto pela qualidade literária. Passados 80 anos, continua sendo um clássico da nossa literatura, mostrando, com beleza e vigor, a formação do povo brasileiro pela mistura de raças e culturas (GRUPO EDITORIAL GLOBAL, 2016).

aspectos do cotidiano colonial, apontamentos em torno do patriarcalismo, da cultura, da economia agrária, da construção e desenvolvimento dessa sociedade baseada nas três raças, e a ideia de democracia racial, dentre outras temáticas.

A escrita de Freyre sobre o processo de colonização brasileira e da identidade desse povo é perpassada pelo tema das três raças. O autor expõe sua concepção de como a “mistura” delas formou a identidade do povo brasileiro. Ao citar os portugueses, os povos originários e os negros escravizados, Freyre (1933) detalha cada contribuição que essas três raças agregaram à identidade do brasileiro, de forma positiva ou não. Para o sociólogo, a colonização foi um processo bem sucedido, tendo sido a família branca o núcleo dessa colonização. Observa-se, em sua obra, grandes elogios ao passado colonial brasileiro, a presença do conceito de democracia racial e da mestiçagem como o principal elemento identitário do Brasil.

Segundo Freyre (1933), o conceito das três raças se deu da seguinte forma: com os portugueses, o colonizador, como um povo já predisposto quase que geneticamente à mestiçagem, ou seja, a misturar-se com outras raças/etnias. O autor detalha bem esses movimentos, como elementos civilizadores e que agregaram um fator positivo ao povo brasileiro por possibilitar a mestiçagem da sociedade brasileira. Compreende-se que os portugueses, na visão de Freyre (1933), seriam o lado forte e positivo na construção da sociedade brasileira; os povos originários são descritos na sua obra, porém focaremos na visão de Freyre em relação aos negros.

Os povos indígenas são descritos pelo sociólogo como introvertidos, que possuíam boa higiene, limpos e de belos corpos, aliás os corpos dos indígenas, das mulheres em especial assim como das negras escravizadas, lembremos de RAGO (1997) que expõe a intensa sexualização desses corpos o que reforçou a criação das imagens que falaremos mais adiante, são pontos de grande destaque para Freyre o que contribuiu para grandes críticas a sua obra e ao próprio autor, os povos originários# são apontados pelo articulista como aqueles que agregaram na alimentação e consequentemente na melhor maneira de manter-se aqui nos trópicos.

Os negros escravizados são descritos pelo autor, como aqueles que contribuíram com a alegria, um povo festivo, pela extroversão e a sexualidade. Como já mencionado anteriormente, a sexualização que Gilberto Freyre atribuiu aos negros escravizados é algo muito discutido e criticado. Essa construção e sexualização do negro é algo

extremamente abordado por Nascimento quando ela fala de como os negros aparecem descritos na História do Brasil.

O autor cita os corpos negros femininos sempre nesse contexto de sexualização; é atribuído a ele a construção do termo “mulata”. Ele fala da “atração sexual entre as duas raças”, portugueses e os negros escravizados, disfarçando descaradamente os estupros e toda a violência praticada pelos colonizadores aos africanos e africanas sequestrados de seu continente. Tais ideias defendidas se mantiveram impregnadas na mentalidade brasileira e na sociedade em si. A miscigenação dessas três raças, e de suas características, faladas por Freyre, formaram a sociedade e a identidade do povo brasileiro. A democracia racial, por exemplo, é a caracterização da herança deixada, e ainda defendida largamente. Sobre esse impacto e permanência já nos falava Nascimento nos anos de 1977:

Certa vez, em Salvador, conversava com um jovem chefe de família que tentava convencer-me de como a Bahia era o maior centro de tolerância racial do mundo. Ao justificar tal pretensão para o seu estado, mostrando-se um adepto apaixonado da miscigenação e recorreu ao exemplo. Mostrou-me seus dois filhos pequenos, ambos mulatos, mas com diferenças de tonalidade de pele, e disse: "Está vendo? Este aqui saiu quase como eu (referindo-se ao menino mais escuros, mas esta já saiu melhor; quase louro". dizendo isto, enquanto eu e o primeiro menino olhávamos atônitos ele, concluiu: "Deste jeito o negro vai desaparecendo e não teremos conflito racial como nos Estados Unidos". [...] constitui uma crença nacional que o fato de não terem existido recentemente, na nossa experiência social, os fatos de racismo virulento típico da sociedade norte-americana, nós somos os destinatários de um sistema racial digno de causar inveja as nações mais civilizadas do mundo. (NASCIMENTO, 2018, p. 112.)

Nascimento traz com esse episódio uma questão que permanece no imaginário de boa parte dos brasileiros e que Freyre defendia em sua obra. Ao inseri-lo e cristalizá-lo no rol dos pensadores sociais canônicos, a historiografia contribui para a reprodução do discurso da *miscigenação* como característica fundamental da sociedade brasileira. Prossegue a intelectual mais adiante no seu texto em que explica o lugar de Freyre como divulgador da ideia de que no Brasil não havia conflitos raciais:

Grande ideólogo, a quem se atribuiu o termo “democracia racial”, Gilberto Freyre, em recentes pronunciamentos, gloriava-se de que o Brasil fica cada vez mais moreninho. Cabe a ele não só a obra pioneira deste tipo de ideologia, como grande parte da crença na tolerância racial brasileira. Sua obra influencia sobretudo estudos científicos, notadamente de cientistas

estrangeiros, como Tannenbaum¹⁸, que garante, baseado em Freyre, que no período da escravidão no Brasil os senhores reconheciam a “pessoa moral” do escravo, ou seja, o Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, possui uma tradição de valorização do negro. (NASCIMENTO, 2018, p. 113-114)

Observa-se que, o que Freyre defendeu em sua obra e, posteriormente, o que fez a historiografia, cristalizando sua tese e tratando-a como representação fiel do que é o Brasil, deixou marcas profundas e determinantes na construção estereotipada e racista do negro. Reitero, mais uma vez, a posição de Nascimento, que já vinha fazendo tais críticas neste sentido desde os anos de 1970, como a que fez em seu artigo “Nossa Democracia Racial”, publicado em 1977 pela Revista IstoÉ.

A obra “Raízes do Brasil”⁷ do historiador, sociólogo e escritor Sérgio Buarque de Holanda, publicada no ano de 1936, aborda a sociedade brasileira e suas estruturas econômicas e políticas. Em relação ao título de sua obra, refletimos o que seria as raízes do Brasil, ou melhor, o que o articulista quis definir como as raízes do Brasil.

O historiador aborda a “construção” da sociedade brasileira desde os primórdios, por assim dizer. Holanda define e explana sobre as raízes ibéricas como base fundadora, e que tais raízes trouxeram um sistema semifeudal, as implementações de uma cultura que não abarcava a identidade e as complexidades brasileiras acabava por anular a identidade e a cultura própria do Brasil.

No capítulo V de sua obra, intitulado “O Homem Cordial”, Holanda pontua as dificuldades na transição e implementação da indústria no Brasil, as permanências e continuidades dos valores coloniais e rurais, as características do Estado, as relações familiares (o patriarcalismo, pode ser citado quando Holanda fala dessas relações familiares) que, segundo o autor, permeiam a sociedade brasileira e impedem sua modernização.

Segundo Holanda, o “homem cordial” era um tipo social que parte da relação intrínseca que se tinha entre o público e o privado e que prejudicava e atrasava o processo de modernização. Esse homem cordial é guiado pela emoção, pelo coração, não pelo apreço pela coisa pública. Por tal motivo, esse tipo social teria grande

⁷Raízes do Brasil - Uma das obras fundadoras da historiografia e das ciências sociais modernas no Brasil. Sérgio Buarque elabora categorias centrais para o entendimento da especificidade histórica brasileira, como a do homem cordial, incapaz de agir de acordo com a letra da lei, o que explicaria a frouxidão das instituições e da organização social do país.

dificuldade de desvencilhar dos interesses pessoais, do familismo⁸ e, com isso, de internalizar aquilo que seria do interesse público. O homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, portanto, era um tipo social que permitia a permanência de um Estado patrimonialista⁹.

Rago (1997) nos ajuda a definir as permanências deixadas pela obra e visão de Holanda:

Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, embora não se refira à sexualidade como lugar de constituição e origem da personalidade do homem brasileiro, de certa forma compromete-se com este imaginário sexual, ao desenhar a figura de cordialidade essencial do brasileiro. Apesar de concordar plenamente com sua análise sobre as dificuldades de construção da moderna esfera pública entre nós, não deixa de ser curioso o peso dado à sexualidade para explicar a índole emotiva que caracteriza o "homem cordial". (RAGO, 1997, p. 194).

Prossegue Rago (1997) na sua análise;

[...] as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós" - daí a "cordialidade brasileira", o sentimento de que tudo nos é familiar, o desejo de estabelecer intimidade - são nosso maior obstáculo para nos tornarmos modernos. [...] Se Sérgio Buarque não fundamenta sua construção do caráter brasileiro no campo da sexualidade, a exemplo de Prado e Freire, que aliás cita e admira, participa de certa forma desse imaginário em busca da identidade nacional nos anos 30, ao enfatizar como principal traço da brasilidade o predomínio do emocional e instintivo sobre o racional. Afinal, o "homem cordial" é um homem do coração, dos sentimentos e afetos. (RAGO, 1997, p. 195-196).

Ao lermos *Raízes do Brasil* (1936) e os apontamentos realizados por Rago (1997), não podemos deixar de ressaltar as perspectivas historiográficas novas trazidas por Buarque. Porém, devemos nos atentar para as permanências e para as ausências na obra, uma vez que as permanências muito nos dizem sobre as ausências sentidas. O historiador expõe que a casa grande, tão exaltada por Freyre, continua presente nessa construção de modernização do Brasil e dos brasileiros.

⁸ Familismo - o Brasil como uma sociedade onde o Estado em si, das suas funções, repartições, ministérios e etc. seria uma extensão da família.

⁹ Segundo Marx Weber, na sua obra "Os três tipos puro de dominação legítima", é uma característica de um Estado sem distinções entre os limites do público e os limites do privado, ponto primordial em sistemas como o absolutismo.

Sendo assim, os negros continuam sem ser vistos, falados e representados na historiografia brasileira. Beatriz Nascimento fez uma crítica a isso. Em resenha crítica¹⁰ feita no ano de 1975 à obra “A Escravidão no Império”, de Brasil Gerson, Nascimento afirma que “O homem cordial” de Buarque não é tão cordial assim. Ela expõe a ideologia que perpassa o ensaio de Buarque:

Quanto à interpretação social, que faz a concessão de esboçar, não passa da surrada apologia da ideologia dominante do “homem cordial” bem ao estilo Jorge Amado: o senhor de escravos ibérico em terras do Brasil, descaracterizado do seu papel político e social dominante, assemelha-se a um apreciador de amenidades tropicais e dos prazeres ditosos do belo sexo desde que este esteja representado por negras escravas e formosas. (NASCIMENTO, 2018, p. 64-65).

As permanências, em relação à ausência da história do negro que rompa sua presença além do sistema escravista, assim como, uma suposta cordialidade provinda desde o homem civilizado, que cito em torno da obra de Holanda provém da falta de criticidade do autor em relação à construção de identidade desse homem brasileiro, que se cristalizou por muito tempo na historiografia e pelos historiadores que vieram a utilizar a obra sem fazer essa revisão historiográfica. Se Buarque não fundamenta a construção do caráter brasileiro no campo da sexualidade, a exemplo de Prado e Freire, participa de certa forma da construção desse imaginário em busca da identidade nacional nos anos 1930 (RAGO, 1997).

Em “Formação Contemporânea do Brasil”¹¹ de Caio Prado Jr., assim como nas obras anteriores citadas, a forma como se dá a representação do negro no processo de construção do Brasil, nos fala de forma contundente acerca dos alicerces em que os estereótipos e o racismo se basearam e ainda se baseiam. A obra é considerada um dos escritos mais influentes em relação ao processo histórico que teria constituído o Brasil, é um dos grandes motivos que conferiram a Prado Jr. o título de intérprete do Brasil.

Tal escrito também é tido como um dos clássicos do pensamento social e da historiografia; tal título dedicado à obra produziu uma larga mobilização e utilização em torno dos escritos de Prado Jr. por parte dos historiadores, seja na academia, seja como referencial obrigatório nas suas produções historiográficas, muitas vezes sem

¹⁰Resenha crítica realizada por Beatriz Nascimento, no ano de 1975, para a coluna de livros do jornal Opinião.

¹¹A obra Formação do Brasil Contemporâneo, publicada em 1942, é a obra de maior destaque do historiador Caio Prado Jr. É um dos textos mais influentes em relação à história do Brasil e suas relações entre nação e colônia no processo histórico que originou o Brasil.

aplicação de um olhar crítico acerca dela.

Caio Prado Jr. ao escrever sobre esta formação do Brasil, define o papel do negro nesta nação desde a colônia. O negro, que tinha o papel de mão de obra necessária para a formação econômica do Brasil colônia, não era o mesmo para o Brasil nação pós-abolição. Para o autor, o negro não estaria apto ao trabalho pós-abolição. Ora que curioso, o mesmo negro explorado e utilizado na colônia perdia total uso em relação ao trabalho remunerado, e não se configuraria I atuante nesta sociedade. Além dos papéis definidos anteriormente, lembremos aqui que a mesma identidade e sexualização, principalmente em relação às mulheres negras, construída nas obras anteriores permanece em Prado Jr., como bem nos fala Lélia Gonzalez (1984) no seu artigo “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”.

Por essas e outras também, que dá vontade de rir quando a gente continua lendo o livro do “seu” Caio Prado Junior (1976, p. 343). Aquele trecho, que a gente reproduziu aqui, termina com uma nota de rodapé, onde ele reforça todas as babaquices que diz da gente, citando um autor francês em francês (só que a gente traduz): (2) “O milagre do amor humano é que, sobre um instinto tão simples, o desejo, ele constrói os edifícios de sentimentos os mais complexos e delicados”. (André Maurois) É este milagre que o amor da senzala não realizou e não podia realizar no Brasil-colônia. (Grifos nossos). Pelo exposto, parece que nem Freud conseguiu melhor definir neurose do que André Maurois. Quanto à negativa do “seu” Caio Prado Júnior, Infelizmente, a gente sabe o que ele está afirmando esquecidamente: o amor da senzala só realizou o milagre da neurose brasileira, graças a essa coisa simplérrima que é o desejo. Tão simples que Freud passou a vida toda escrevendo sobre ela (talvez porque não tivesse o que fazer, né Lacan?). Definitivamente, Caio Prado Júnior “detesta” nossa gente. (GONZALEZ, 1984, p. 234-235).

O negro enquanto indivíduo nas narrativas da formação brasileira, vai se configurando em duas vertentes, de coisa à gente, sempre a depender da utilidade que a sociedade branca lhe concede, e ambas levam ao mesmo fim, como prossegue Gonzalez (1984), ainda falando da obra de Prado Jr. e de Freyre. “[...] o mais fácil será recorrer à explicação econômica ou de classe, não esquecendo a herança escravista que, segundo alguns eminentes teóricos, faz do negro um ser ainda não preparado para integrar uma sociedade competitiva” (NASCIMENTO, 2018, p. 115).

A única colher de chá que dá prá gente e quando fala da “figura boa da ama negra” de Gilberto Freyre, da “mãe preta”, da “bá”, que “cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura” (p. 343). Nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas aí ele começa a

discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) prá chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos. (GONZALES, 1984, p. 235).

Quando analisamos a crítica de Gonzalez (1984), podemos retornar a Rago (1997) quando discute sobre o fato da sexualização e da identidade recair de maneira mais contundente nos ombros das mulheres negras, mas sem deixar os homens negros de fora deste debate. Tais representações foram construídas e reforçadas por esses intelectuais que são considerados os principais intérpretes do Brasil. São reforçadas pela historiografia ao usar seus textos como obras intocadas, o que contribui para a criação e perpetuação de estereótipos racistas. Prosseguindo com o caminhar historiográfico, chegamos ao um ponto de virada, ou melhor, um ponto de justa inclusão que possibilitou aos excluídos ocuparem o seu lugar na História do Brasil e na historiografia; a História Social surge como esse campo de possibilidade.

Para tecer sobre este campo teórico-metodológico, utilizarei a historiadora Hebe Castro e seu texto “História Social” (1997). Antes de chegarmos às vias de fato, devemos refletir acerca do que possibilitou essa nova vertente na historiografia; como a influência das Escolas dos Annales contribuiu para o nascimento dessa nova maneira de se escrever a história:

É difícil, senão quase impossível, começar um texto sobre história social escapando ao lugar-comum de tantos outros sobre o mesmo tema: a referência necessária ao movimento dos Annales e às múltiplas significações da expressão e sua conseqüente ambigüidade. A referência ao movimento dos Annales se faz necessária por ter-se tornado o marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas, predominantes entre os historiadores profissionais até a primeira metade do século. Ainda hoje, a expressão “história social” é freqüentemente utilizada como forma de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional. (CASTRO, 1997, p.76).

Como pontua Castro (1997), o nascimento da história social se deu por meio das perspectivas abertas pelo movimento dos Annales. Não se pode deixar de mencionar a grande reviravolta que a renovação teórica de Bloch e Febvre, trouxe para a historiografia, causando uma quebra no modo rankeano, batendo de frente com a historiografia tradicional, que dava enfoque na escrita da história factual, abordando os grandes acontecimentos e os ditos grandes nomes.

Esse novo fazer historiográfico, partia da ideia de uma história problema, pautada em uma interdisciplinaridade, a exemplo do diálogo com a antropologia e a sociologia, configurando uma possibilidade de abertura para demais ciências contribuírem nesse fazer da história, o que traria uma nova maneira de se observar o objeto pesquisado. Além disso, proporciona novas fontes de pesquisa, métodos e novas maneiras de abordagens da história.

Desde a década de 1970, como afirma a articulista, essa maneira de encarar e escrever a história veio tentando se tornar hegemônica entre as historiadoras(es), o que denota a grande mudança trazida pela história social e sua importância. A autora faz um questionamento que merece ainda mais nossa atenção. Como poderíamos questionar se existiria alguma história se não a social? Tal questionamento nos propõe grande reflexão e, atrevo-me a falar, que não se pode responder esse questionamento se não possuir uma ampla base de leitura.

Antes de se estabelecer qual seria o campo teórico mais importante, ou o que deveria ser o mais hegemônico, seria mais oportuno focar no quanto agregaria no ofício das historiadoras(es) a história social, o que de fato aconteceu, como podemos observar no texto acima ao citarmos sobre as várias atribuições trazidas pela história social.

Fazendo uso de uma linha cronológica, a autora expôs como foi se construindo e se fixando a história social. Nos anos de 1930 e 1940, a história social, ou o que era conceituado como tal, estava ligada à abordagem culturalista como um foco nos costumes e tradições nacionais, como expõe Castro (1997).

Com especial força nas décadas de 1930 e 1940, a designação história social aparecia vinculada a uma abordagem culturalista, com ênfase nos costumes e tradições nacionais, em geral ligada ao pensamento conservador e produzida relativamente à margem das posições acadêmicas mais prestigiosas específicas dos historiadores. Nestas, prevalecia o modelo rankiano de ênfase no campo da diplomacia e da política, ou seja, no campo do público, por excelência. Em oposição, à história social, nesta perspectiva, definiria como objeto o domínio do privado, “history with the politics left out”. (CASTRO, 1997, p. 79).

Com o crescimento do movimento operário inglês se abriu um novo campo onde pode se desenvolver uma história social do trabalho e onde podemos perceber, guiados por Castro, que o individual dava lugar ao coletivo como objeto central.

Nas décadas de 1950 e 1960, a história social vem se apresentando com uma nova perspectiva na historiografia, começando a construir uma posição mais hegemônica, no mesmo momento em que surge o estruturalismo. Os anos de 1970 e 1980 foram marcados por um reconhecimento dos seus limites teóricos e metodológicos, afinal, toda e qualquer teoria tende a se limitar não podendo explicar todo e qualquer acontecimento.

A autora parte para a evolução da História Social, abordando um recorte temporal de vinte anos em um panorama em que o estruturalismo estava em crise, para começar a nos falar sobre essa evolução. Uma crítica aos métodos quantitativos, muito utilizados pelo estruturalismo braudeliano, tira o lado humano, por assim dizer. A evolução da história social agregou uma humanização nas pesquisas e métodos.

Observamos que a história social não foi sempre tida como uma teoria harmônica. Na realidade, nenhum método e/ou teoria é recebido de forma unânime em toda sua concepção, como aponta e exemplifica Castro (1997), ao citar a antropologia e as influências e amálgamas que essa tinha com a história enquanto ofício, e a história social; o que causou também grandes avanços em ambas.

Na sua escrita a autora tece especificamente sobre a historiografia brasileira, e a história social.

No Brasil, a historiografia rankiana lançou frágeis bases na universidade. Os institutos históricos e geográficos foram o seu campo privilegiado de atuação. Por volta da década de 1930, fora também dos muros acadêmicos, desenvolver-se-iam as abordagens historiográficas clássicas que, no caso brasileiro, se oporiam à historiografia tradicional. (CASTRO, 1997, p. 85).

No Brasil as ciências sociais tiveram pioneirismo nos muros acadêmicos, em especial na Universidade de São Paulo; e nesse percurso foram as ciências sociais que abriram os caminhos do ofício do historiador, conforme expõe a articulista.

Ao contrário da tradição européia, aqui as ciências sociais organizaram-se pioneiramente no mundo acadêmico, especialmente na Universidade de São Paulo. Neste processo, pode-se dizer que foram as ciências sociais que se abriram para a história e que a profissionalização do historiador, nas universidades brasileiras, se fez fortemente marcada pela influência das abordagens econômicas e sociológicas, predominantes na década de 1960 (neste sentido a historiografia universitária no Brasil já nasceria “nova”). (CASTRO, 1997, p.85).

A História Social, nos parâmetros teóricos e metodológicos aqui no Brasil, nasceu e partiu da escrita dos sociólogos, com nomes como o do sociólogo Florestan Fernandes com trabalhos ligados à história social do negro, intelectual citado por Nascimento neste mesmo paradigma, e os trabalhos da história social do trabalho iniciados em 1960 também pelos sociólogos.

A expansão e firmamento dos cursos de pós-graduação no Brasil se deram em 1970, e em relação à profissionalização e expansão do historiador em 1980 (CASTRO, 1997). Podemos apontar as grandes contribuições da sociologia nesse campo historiográfico e o quanto ela ajudou e ajuda a desenvolver os objetos de pesquisa, problemáticas e discussões no campo da História Social.

A expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação marcariam, a partir da década de 1970 e, especialmente, na de 1980, uma expansão e consolidação da profissionalização do historiador no Brasil, que se faria, em grande parte, concomitantemente à crise dos referenciais teóricos até então predominantes. Este movimento, aliado ao diálogo com as teses gerais dos sociólogos que os precederam, configuraria o campo específico em que aqui se desenvolveriam os problemas e discussões característicos da história social. (CASTRO, 1997, p.86).

E desses pontos citados até aqui, para cessar a breve análise realizada, a partir da ótica de Hebe Castro. A historiadora destaca a história social da família, como um dos campos de pesquisa abordados com maior ênfase em 1980; a história social do trabalho que analisava as tensões nos processos de modernização urbana da sociedade brasileira e com enfoque revisionista das abordagens traçadas pela sociologia; e, por fim, a História Social do Brasil colonial e da escravidão como um campo amplo de pesquisa com diretrizes também revisionistas das abordagens sociológicas e econômicas.

Frente à extensão e complexidade do campo, selecionei três grandes áreas que, salvo engano, têm concentrado o maior número de trabalhos e discussões nos últimos anos, na perspectiva da história social privilegiada neste capítulo: a história social da família, a história social do trabalho e a história social do Brasil Colonial e da escravidão. (CASTRO, 1997, p.87).

As intenções de Castro (1997) partem da tentativa de especificar a história social enquanto abordagem histórica e ferramenta abrangente para o campo da historiografia brasileira. Assim como, sobre a possibilidade de ampliação de novas pesquisas trazidas pela história social, esclarece Castro:

Meus objetivos com este capítulo terão sido atingidos se eu tiver conseguido deixar suficientemente claros dois pontos fundamentais: (1) é possível atribuir um sentido específico à história social enquanto abordagem histórica, no atual panorama das discussões historiográficas internacionais; (2) boa parte da pesquisa histórica recente, no Brasil, de forma criativa e sem qualquer tipo de mimetismo, tem estado sintonizada com ela. (CASTRO, 1997, p. 96).

Como declara a historiadora nas suas palavras finais, as pesquisas históricas tiveram uma ampliação temática, o que foi visto de forma mais contundente desde os primeiros anos da década de 1970, e de forma mais profunda no ano de 1997, o ano de publicação deste texto.

Isso nos leva a refletir sobre tamanho da importância de Beatriz Nascimento em relação à história do Brasil. própria historiografia Nascimento já vinha fazendo essa nova história nos anos de 1970 e 1980 ao questionar a presença do negro na história, para além da escravidão, e o seu total apagamento enquanto sujeito atuante na história do Brasil, ao explicitar a necessidade de uma revisão historiográfica, ao levantar críticas voltadas aos cânones historiográficos.

1.1 A história do Brasil e o apagamento do negro através do olhar da historiadora Beatriz Nascimento

Partamos agora, dessa breve empreitada que foi a realização da análise das obras faladas até aqui, para uma tentativa de compreensão do que foi proposto no início deste capítulo, ou seja, entender o apagamento de Nascimento e de suas produções na historiografia brasileira, e no meio acadêmico. Como bem nos disse a intelectual ao militar “Por uma História do Negro”; uma história que viesse a conter e contemplar Beatriz Nascimento e as(os) demais intelectuais negras e negros brasileiros.

Seguindo este princípio norteador, nos fala Vinhas (2016) acerca do apagamento e silenciamento acadêmico sofridos por Beatriz Nascimento na sua trajetória intelectual. O autor faz uso do conceito de política do esquecimento¹² a qual

¹² [...] política do esquecimento cujo mecanismo responde pelo apagamento da contribuição de autores negros e negras das novas gerações. (VINHAS, 2016. pág.54).

está direcionada ao apagamento das contribuições referentes aos intelectuais negros e negras no contexto das novas gerações.

Na historiografia do campo intelectual brasileiro, encontramos nomes da intelectualidade negra que, apesar da relativa visibilidade em sua época, beiram o apagamento completo da memória nacional. Como exemplo, é possível citar Luiz Gama [1830 - 1882], Monteiro Lopes [1867-1910], Hemetério dos Santos [1858 - 1939], Lino Guedes [1897 - 1951], Solano Trindade [1908 - 1974], Edison Carneiro [1912 - 1972], Abdias do Nascimento [1914 - 2011], Guerreiro Ramos [1915 - 1982], Clóvis Moura [1925 - 2003], Eduardo de Oliveira e Oliveira [1924 - 1980], Lélia Gonzalez [1935 - 1994] e Beatriz Nascimento [1942 - 1995]⁹⁵. Partindo de Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2007) pode-se argumentar que são casos relacionados à política do esquecimento cujo mecanismo responde pelo apagamento da contribuição de autores negros e negras das novas gerações. (VINHAS, 2016, p. 54).

Este apagamento e invisibilidade sofrida por essa intelectualidade negra partiria do racismo estrutural e do sexismo que se fez, e ainda se faz, presente nas instituições de ensino, como a universidade, produzindo não só a afastamento do negro do meio acadêmico, como a falta de reconhecimento deste negro enquanto intelectual/pesquisador.

O espaço acadêmico foi e ainda é um território mantido e dominado majoritariamente por pessoas brancas, no qual a população negra encontra-se relegada a posições subalternas. Uma estrutura racializada mantida por concepções e práticas racistas estruturantes não apenas no nível da “sociologia conhecimento”, mas igualmente da epistemologia. [...] Segundo Ratts (2006, p. 30), os intelectuais brancos, encastelados em sua branquitude, acabam por construir redes profissionais fechadas e cindidas racialmente, criando mecanismos e formas de legitimar suas redes acadêmicas citando-se mutuamente em suas produções, e validando com isso, não apenas seus trabalhos, mas também a si. Essa estrutura de manutenção de privilégios acaba por caracterizar e perfazer o esquecimento de intelectuais negros (os), ainda mais quando associado a recusa e/ou refutação de suas produções, prática também comum dessas redes. (PINN, 2019, p.144-145).

Segundo Pinn (2019), a branquitude¹³ em seu pacto narcísico presente também nos meios de produção acadêmico e intelectual, age como mais uma barreira que

¹³O conceito de branquitude: A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais. (MULLER; CARDOSO, 2017, p. 18).

dificulta tanto o acesso, como as produções/pesquisas dos intelectuais negros e negras.

Florentina Souza (2013) afirma que o negro brasileiro é exaltado enquanto objeto de pesquisa, mas normalmente excluído da atividade de pesquisador por essa prática ser considerada prerrogativa de brancos. No racismo à brasileira, lembra Souza, a intelectualidade do país sempre esteve atenta ao lugar étnico-racial desse grupo social, seja para exaltá-lo como pessoa de alma branca, seja para depreciá-lo em áreas exclusivamente destinadas aos brancos. (VINHAS, 2016, p.56).

O sexismo que também estrutura as relações sociais se apresenta como fator extra de dificuldade para as mulheres, e principalmente, para as mulheres negras; não se pode deixar de fora tal questão quando tentamos elencar os motivos de exclusão de intelectuais como Nascimento, seja enquanto indivíduo inserido na história contada, seja como indivíduo que a produz.

[...] bell hooks (1995) defende que, além dos preconceitos raciais presentes na sociedade, a intelectual negra também enfrentaria as discriminações de cunho sexista da estrutura patriarcal. O trabalho intelectual não seria considerado uma atividade para mulheres e isso levaria muitas delas a desistirem de estudar ou a não encontrarem motivação para continuar o percurso acadêmico (HOOKS, 1995, RATTTS, 2005), ou ainda a ter de enfrentar o que Sandra Azerêdo (1994) chama de tradição acadêmica patrilínea. De acordo com Spivak (2010) a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica na medida em que enfrenta os problemas de gênero que a colocam no mais profundo obscurantismo. (VINHAS, 2016, p.56).

Complementa Silva (2021) acerca disso:

É com pesar que são detectados nomes importantes para a historiografia do Brasil que beiram o esquecimento e o abandono. De todos eles, a grande maioria é formada por mulheres que enfrentaram adversidades durante toda suas trajetórias de vida, como é o caso de Beatriz Nascimento: poetisa, protagonista, escritora, negra e mulher. (SILVA, 2021,p.9).

Essa estrutura de manutenção de privilégios acaba por caracterizar e perfazer o esquecimento de intelectuais negras(os) e suas pesquisas, ainda mais quando associado a recusa e/ou refutação de suas produções, prática também comum dessas redes (PINN, 2019). A ausência e o lugar do não existir foram denunciados por Nascimento na História do Brasil ao se posicionar a partir de seu lugar de fala e afirmar: “eu sou preta, penso e sinto assim” (NASCIMENTO, 1974, p. 94). Ela denunciou também a falta de possibilidade dos negros escreverem sobre si e de ocuparem espaços nas pesquisas para além de estereótipos racistas:

As manifestações preconceituosas são tão fortes que, por parte de nossa

intelectualidade, dos nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional, vamos dizer, somos tratados como se vivêssemos ainda sob o escravismo. A representação que se faz de nós em literatura, por exemplo, é a de criado doméstico, ou, em relação à mulher, a de concubina do período colonial. O aspecto mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve uma tentativa séria de nos estudar como raça. (NASCIMENTO, 2018, p.45).

Ao falar sobre o epistemicídio¹⁴, em sua tese de doutorado, a intelectual Sueli Carneiro aponta como este é um dos dispositivos usados para a aplicação dessa invisibilidade, ausência e apagamento tanto do negro, como de suas produções intelectuais no âmbito acadêmico e para além dele (OLIVEIRA, 2020):

(...) Boaventura Sousa Santos (1997), para quem o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. (CARNEIRO, 2005, p.96 apud OLIVEIRA, 2020, p.14).

Beatriz Nascimento nos demonstra bem o que foi levantado acima, em um dos seus artigos, publicado em 1974, intitulado “Por uma História do Homem Negro”.

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta realidade. (NASCIMENTO, 2018, p.45).

Na conferência “Historiografia do Quilombo” proferida por Nascimento na Quinzena do Negro realizada na USP, organizada pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, no ano de 1977, tempos a historiadora falando especificamente sobre a necessidade revisional do que foi produzido até então sobre o negro na História do Brasil.

Eu acho de extrema importância esse ciclo de palestras que Eduardo procurou fazer aqui em São Paulo, porque realmente a gente precisa fazer uma série de reformulações, de críticas, a respeito de todos os estudos que foram feitos, de alguns estudos que foram feitos a respeito do negro. No meu caso especial, eu me interesso basicamente por história, porque eu sou formada em história e que foi através da história que eu vim tomar conhecimento do meu papel como negro dentro de uma sociedade como a brasileira, que sempre procurou alijar a gente. [...] nós nunca fazemos parte

¹⁴ A filósofa Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado, nos traz o epistemicídio como um dos elementos que constituem o dispositivo da racialidade, junto com o genocídio. (SILVA, 2021).

da História do Brasil, das coisas que acontecem no Brasil, das coisas mais importantes. Nós éramos sempre contribuintes de uma cultura, contribuimos sempre com... para a cozinha, para a dança, para o futebol, para etc. e tal. Então, mas isso não me impossibilitou de ver, através das entrelinhas da História do Brasil, toda uma participação maciça, independente muitas vezes, e forte do preto dentro do Brasil. (NASCIMENTO, 2018, p.127).

Complementa Nascimento em sua fala, expondo sua experiência pessoal na universidade durante sua graduação em História, iniciada no ano de 1969, vivida quase da mesma maneira por pessoas negras nos dias atuais. Permito-me pontuar aqui, através da fala de Nascimento, a mesma experiência vivida por mim durante minha graduação, também em História.

E quando cheguei à universidade, a coisa que mais me chocava era o eterno estudo, quando se referia ao negro, sobre o escravo, como se durante todo o tempo da História do Brasil nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra da fazenda, para a mineração. (NASCIMENTO, 2018, p. 127).

Sua insatisfação e crítica à falta de uma história do negro foi um dos motores impulsionadores para a realização incessante de sua pesquisa, como destaca Silva (2021):

Sua insatisfação era transformada em vontade de modificar a maneira como a universidade e a sociedade dispunha a história dos negros. Para ela, a existência histórica dos negros apenas como escravos era algo obsoleto, mas ao mesmo tempo real e palpável uma vez que essa visão se refletia claramente na escassez de estudos de qualidade sobre a temática. (SILVA, 2021, p. 4).

E são a partir dessas pesquisas que iremos nos debruçar a seguir as teorias de Nascimento que compõem uma narrativa de conceitos novos à época, e até mesmo nos dias atuais, visto que “(...) Beatriz não empreendeu apenas um estudo acerca da questão racial no Brasil, a autora empreendeu sobretudo, a construção de uma História do Brasil racializada, de e para a população negra, alterando seus tempos e conceitos” (PINN, 2019, p. 154 apud SILVA, 2021, p.11). Merece o reconhecimento devido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo se propôs a tentar evidenciar, analisar e apresentar o apagamento e ausência da presença da historiadora Beatriz Nascimento e de suas produções.

Apagamento e ausência dessas que me fizeram dar os primeiros passos até aqui, a falta de pertencimento, entendimento e as inquietações passadas por mim durante meu processo de me "tornar negra", usando aqui um conceito de Santos (1983), foi combustível para o desenvolvimento deste trabalho. Esta autora entende que não nascemos negros, mas vamos nos descobrindo ao longo da vida, ao longo das micro agressões racistas sofridas no cotidiano, ao longo das nossas inquietações, das ausências de pessoas negras nos locais, nas profissões, nas figuras representativas, nos estudos, na universidade - seja em lugares onde muitas vezes somos minorias, seja na ausência de produções de intelectuais negras e negros no planos de curso das disciplinas -, nas dores, mas também no acolhimento ao encontrar os nossos, e assim nos aquilombamos.

Momentos e inquietações vividos pela intelectual na sua trajetória, assim como muitos e muitas intelectuais negras e negros. Entender o processo de exclusão sofrido por Nascimento nasceu inicialmente como um projeto para sanar uma lacuna acadêmica, mas acabou por se tornar também uma experiência pessoal de auto-entendimento. Uma mulher negra, pobre, que acessa tardiamente o ensino superior e lá passa por inúmeras opressões, como racismo, machismo, sexismo, invisibilidade e etc. e mesmo assim persiste na sua caminhada, e se torna uma das grandes intelectuais deste país. Pesquisadora, historiadora, poetisa que propõe um novo olhar para a história do Brasil e para a história do negro.

Portanto, é urgente conhecer a historiadora Beatriz Nascimento, e seus escritos. Assim como, conhecer sua trajetória pessoal. Ambos se entrelaçam e se complementam por um motivo, resgatar Nascimento historicamente, também resgatar nossa história, nossa ancestralidade e dar o devido reconhecimento a esta grande intérprete do Brasil. Conhecer amplamente suas pesquisas no meio acadêmico, e para além dele, é tarefa necessária para se entender o Brasil, erradicar de vez uma história que tenta manter o sujeito negro na posição inferior ou de passividade que não lhe cabe, nem nunca caberá. É uma luta contra o apagamento de uma intelectual negra, contra o epistemicídio acadêmico e um rompimento com uma historiografia racista, sexista e silenciadora para a qual não tem mais espaço.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Wagner Vinhas. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento** / por Wagner Vinhas Batista. -- 2016. 279f. : il. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25958/1/TeseFinalizadaCDWagberVinhas.pdf>>

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado (Doutorado e Filosofia da Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Hebe Castro: História Social, 1997, p. 76-96. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala**. 2 ed. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1936.

GONZALEZ, Lélia. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf)>

GRUPO EDITORIAL GLOBO. CASA GRANDE & SENZALA. Disponível: <<https://grupoeditorialglobal.com.br/catalogos/livro/?id=2389>>

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Vivendo de amor**. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (orgs.). O livro da saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, p. 188-198, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994, 2 ed.

MACHADO, Bárbara Araújo. “Escrevivência”: a trajetória de Conceição Evaristo. História Oral, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In:

Ratts, Alex. **Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de ida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. 1981. In: **Beatriz Nascimento: intelectual e quilombola.** Possibilidade nos dias de destruição. União dos Coletivos Pan-Africanistas (org). São Paulo: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974a, p. 93-98.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor, 1990. In RATTTS, Alecsandro JP. **Eu sou Atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2002, p. 126-129.

Nicodemo, Thiago Lima. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)** / Thiago Lima Nicodemo, Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Mateus Henrique de Faria Pereira - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2018.232p.

Ocupação CONCEIÇÃO EVARISTO. Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/>> Acesso em: 07/01/2022.

PINN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p.140-156, Dez. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/96888/56712>>

PINN, Maria Lídia de Godoy. “ Tem-se que se tornar visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro ”: Maria Beatriz Nascimento e a reescrita da história do Brasil. Dissertação. Pós-graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana. 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/13252/1/DISSERTAC%c3%83O_TornarVis%c3%advelRosto.pdf>

PRADO Jr. Caio (1976). **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)** (São Paulo, Editora Brasiliense).

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil.**

RAGO, Margareth. História e Cidadania. Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira. Anais do XIX Simpósio Nacional de História- ANPUH- Belo Horizonte, 1997.

SANTOS, Marina Lícia dos, Beatriz Nascimento: Caminhos De Uma Intelectual Quilombola. III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias. Disponível em:

<<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13825/2/BeatrizNascimentoCaminhos.pdf>>

SCOTT, Joan (Org) Peter Burke. **A Escrita da História. In: História das Mulheres.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Alcione Aparecida da Silva. OS CAMINHOS DE BEATRIZ NASCIMENTO: UMA SOCIEDADE LIVRE, O QUILOMBO E A LEGITIMIDADE DE UMA HISTÓRIA OCULTA. Anpuh-Brasil - 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, 2021. Disponível: <https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628450305_ARQUIVO_3471f91c9e0518a10f7cdb4a9cc860b4.pdf/>.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Graal, 1983.

Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Organizado por Alex Ratts e Bethania Gomes 200 p.: il.